

**CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMBURY
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ESLLANE DA COSTA SANTOS

**MULHERES DONAS DE CASA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA: UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA
EXISTENCIAL**

**GOIÂNIA
2021.**

ESLLANE DA COSTA SANTOS

**MULHERES DONAS DE CASA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA: UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA
EXISTENCIAL**

Artigo apresentado ao CENTRO UNIVERSITÁRIO
CAMBURY, orientado pelo professor Mestre Isadora
Samaridi, como requisito parcial a conclusão do curso
de Psicologia.

Orientadora: Professora Mestre Isadora Samaridi.

GOIÂNIA
2021/1

ESLLANE DA COSTA SANTOS

**MULHERES DONAS DE CASA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:
UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL**

Artigo apresentado ao CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMBURY, orientado pelo professora Mestre Isadora Samaridi, como requisito parcial a conclusão do curso de Psicologia.

Prof. Ms. Isadora Samaridi – Centro Universitário Cambury

Psicóloga Luara Fernandes Monteiro

Psicóloga Suely Cardoso Domingues Carneiro

Goiânia, 21 de junho de 2021.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 MAPEANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER A DONA DE CASA	7
1.1 Aproximando a mulher dona de casa em situação de violência doméstica com a Fenomenologia Existencial	11
2 MÉTODO	14
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
3.1 Eixos de Sentido: Mulher dona de casa e a manifestação da violência	15
3.2 Eixos de Sentido: Expressão do marido	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	23
ANEXOS A.....	27

MULHERES DONAS DE CASA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL

Esllane da Costa Santos

RESUMO: Violência doméstica é um fenômeno que está presente no mundo inteiro e acontece dentro de casa, sendo a agressão cometida pelo parceiro íntimo configurando um ciclo de violência. Buscando ampliar a compreensão desse fenômeno, esse estudo apresenta uma cena da vivência da protagonista Catarina da novela A favorita 2008, permeada de violência psicológica e física, trazendo uma discussão embasada na Fenomenologia Existencial, com intuito de compreender quais possíveis fatores levam a mulher dona de casa a permanecer a situação de violência doméstica. Os resultados ilustram os elementos culturais, decorrentes de uma cultura patriarcal em concordância com a literatura investigada.

Palavras-chave: Fenomenologia existencial. Violência doméstica. Donas de casa. Análise de novela.

ABSTRACT: Domestic violence is a phenomenon that is present all over the world and happens inside the home, with aggression committed by the intimate partner configuring a cycle of violence. Seeking to broaden the understanding of this phenomenon, this study presents a scene from the experience of protagonist Catarina from the soap opera A Favorita 2008, permeated by psychological and physical violence, bringing a discussion based on Existential Phenomenology, in order to understand what possible factors lead the woman who owns house to remain the situation of domestic violence. The results illustrate the cultural elements resulting from a patriarchal culture in agreement with the investigated literature.

Keywords: Existential phenomenolog. Domestic Violence. Housewives. Soap Opera Analysis.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o aumento da violência contra a mulher no Brasil e no mundo, surgiram inquietações frente às notícias exibidas em meios televisivos, jornais, redes sociais, etc. Portanto, observa-se a importância da reflexão acerca do tema a fim de aumentar as discussões e estratégias interventivas para diminuição destes atos violentos realizando uma compreensão sob o método fenomenológico. A escolha da abordagem enquanto orientação existencial permite considerar todas as dimensões do ser humano, facilitando o olhar e a consolidação de uma postura em direção ao outro, em virtude de que, a mulher dona de casa vítima de violência não se limite a esse papel, já que consiste ser um indivíduo com capacidade de ajustamento criativo e com novas possibilidades de ser no mundo.

Segundo Santos (2011) a condição social de dona de casa coloca algumas mulheres em possíveis situações de desvalorização e de invisibilidade da função. Visto que ser dona de casa é frequentemente compreendido como um trabalho não gerador de renda, por não movimentar a economia, esse ofício, muitas das vezes, só é reconhecido quando essas mulheres deixam de cumprir alguma atividade diária. Evidentemente, existem mulheres que precisam cumprir uma jornada de trabalho formal e ao chegar a casa estendem ao trabalho informal, por exemplo, cuidar dos filhos, da casa e do marido. É válido ressaltar também, que

algumas famílias compartilham as tarefas domésticas entre homens e mulheres, mas, ainda assim, são minoria e o peso maior de cobrança do não cumprimento desse ofício recai sobre as mulheres.

Ademais, pode-se perceber que a violência contra mulheres donas de casa, perpassa uma multidimensionalidade, independente de classe social, cultural, econômica, podendo ocorrer em qualquer momento da vida. A violência também pode envolver diversas modalidades sejam elas física, psicológica, sexual e/ou moral, tendo em vista a influência cultural arraigada nesse sistema desde a criação de duas categorias advindas do capitalismo, sendo o proletariado e as donas de casa. “A partir daí, cria-se a dicotomia dos espaços de relação social e trabalho: o público e o privado” (SAFFIOTI 1987 apud VENTURI, 2004, p.5) considerando o privado a mulher torna-se responsável para executar de tarefas. Tal fato acontece devido à construção histórica da família e do lar como propriedade do homem. A condição de não trabalho remunerado por parte da dona de casa pode propiciar uma assimetria monetária na relação não sendo este um fator determinista,

Pesquisas apresentam que é no espaço doméstico onde se ocorre a maioria das agressões, como por exemplo, os dados apresentados pelo Dossiê Violência Contra a Mulher no Brasil - Panorama sobre a Violência de Gênero (2016) que mostram como dentre três a quatro milhões de mulheres sofrem violência no ambiente privado de suas moradias por ano; esse número vem se intensificado devido à passividade da sociedade diante do assunto. Segundo Diniz e Angelim (2018), a violência doméstica é um fenômeno que produz estigmas e, muitas vezes, impedem que as mulheres busquem alguma ajuda. Tal dificuldade traz à tona a importância da reflexão dos profissionais acerca dos “*porquês*” envolvidos nessa postura, como também instiga debates sobre as questões de acesso e comunicação que possivelmente falham frente à busca por ajuda das mulheres que sofrem violência.

Neste sentido, o psicólogo deve compreender o contexto de violência que a mulher está inserida e o significado que isso assume, pois assim subsidiará o atendimento, haja vista que algumas mulheres, mesmo em situação de violência, não se percebem como vítimas. Atendendo que essa violência provoca uma baixa autoestima nas vítimas, atingindo seu bem-estar o que “pode levar à morte, mas quase sempre essa morte é simbólica, porque magoa a alma, destrói os sonhos, rouba a esperança e a vontade de viver” (GOMES, 2014, p. 142-143). Considerando que é no ambiente doméstico onde ocorrem frequentemente tais conflitos sendo estes, muitas vezes, quase invisíveis a própria mulher “costuma justificar a agressão praticada pelo marido, alegando a bebida alcoólica ou o estresse provocado por tensões ocasionais, a exemplo do desemprego” (CUNHA, 2007, p. 44).

Nessa perspectiva, percebe-se que a trajetória da violência contra a mulher vai se constituindo a partir de modificações e interações sociais. Partindo de uma retoma histórica, analisando o século XVI, com o surgimento dos engenhos no Brasil, pode-se interpretar a vinda dos portugueses como uma das principais influenciadoras da cultura brasileira, paralelamente às influências dos povos indígenas, que aqui já habitavam, e dos povos africanos trazidos como escravos. Havia-se nessa época um “domínio do *pater familias*, conhecido como senhor de engenho”, onde a palavra família, em latim, derivou de uma tradução que significava ser um “conjunto de escravos domésticos, considerando-se como parte desse todo, mulher, filhos e agregados” (LEAL, 2004, p. 167). Com tamanha hierarquização imputada nos papéis que eram desempenhados, impunha-se para “*a mulher o seu devido lugar*”, devendo esta sujeitar-se ao homem, visto como uma figura de poder e autoridade. (SAFFIOTI, 1987, p.8)

Evidenciam-se, desde essa época, as distinções postas entre os sexos - homem como figura de autoridade, poder e domínio e a mulher como uma figura frágil, ingênua, dominável e submissa. No decorrer da história, à mulher foi confiado o papel de ser apenas procriadora, cuidadora do marido e dos filhos, mantenedora da ordem moral e dos afazeres da casa, tendo a obrigação de satisfazer sexualmente o homem. Sendo assim, *devido às suas características físicas/biológicas*, a mulher passou a ser vista como um objeto sexual, evidenciando o processo de violência e “se a mulher tenta sair dessa posição, mecanismos sociais buscam corrigir a sua direção” (ESSY, 2017, p.8). Com isso, a história das mulheres, por muitos séculos, foi reconhecida a partir do seu papel social de inferioridade. Desse modo, evidenciar as preocupações de várias épocas e a sociedade em que estão arraigadas, mostra como o poder masculino foi relevante nas representações sociais da mulher, que tinha seu papel determinado como mãe, dona de casa e esposa, submetida apenas ao espaço privado do lar.

É possível, ainda nos dias hodiernos, observar o enraizamento de uma cultura influenciada por essa época em que, apesar da ascensão da mulher no mercado de trabalho e das conquistas de direitos, há uma demarcação dos espaços masculinos e femininos, por exemplo, por meio da separação das brincadeiras que são de meninos e de meninas, cor azul para menino e rosa para menina, forma que a menina deve se sentar, se comportar e falar, etc. Assim, as mulheres, desde criança, internalizam “como ser mulher” e, culturalmente o ‘poder’ social masculino ora se expressa de forma explícita ora de forma simbólica. Por este ângulo, ao se analisar as histórias de violência contra a mulher é possível observar os elementos do contexto social perpassando sua trajetória enquanto indivíduo inserido em uma sociedade patriarcal (ESSY, 2017).

Neste sentido, tais vivências não são deterministas, devendo cada caso ser compreendido individualmente. A partir disso, será desenvolvido um estudo fenomenológico existencial com base nos sentidos identificados, com objetivo de descrever o ato da violência doméstica praticado pelo companheiro, e compreender a partir dos estudos realizados os fatores que contribuem para a permanência de mulheres em condição social de donas de casa vivenciar um ambiente doméstico violento. Para alcançar tal compreensão foi utilizado material audiovisual como recurso didático para ilustrar situação de violência.

1 MAPEANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER A DONA DE CASA

Para as reflexões a serem tratadas por este projeto será abordado uma categoria específica sobre violência: Violência doméstica contra a mulher dona de casa.

No Brasil (2006), vamos encontrar o seguinte esclarecimento, a violência doméstica “consiste no ato violento praticado dentro do lar, seja com função parental ou não, que estão dentro do mesmo espaço doméstico”, visto que, é caracterizado como um fenômeno social que se constituiu através de padrões patriarcais, assim, essa ideologia ainda vigora, no qual corrobora para a discriminação feminina. Nesse sentido, a mulher dona de casa que vivencia um cenário de violência doméstica, é vista em uma intersecção da sua história com a história da sociedade, compreendidas não somente como agentes, como também sendo atores e indivíduos “capaz(es) de intervir naquilo que o determina e de contribuir para a produção de uma sociedade da qual, aliás, ele é produto” (GAULEJAC, 2005, p. 60). Isto é, as pessoas agem e reagem conforme as interações sociais em seu meio, sendo assim, tais pessoas são um produto de uma história na qual se constituem como sujeitos, possuem uma identidade narrativa que possibilita uma construção emancipada e autônoma, ou seja, a partir da constituição do seu “nós” tem a capacidade de reescrever sua história.

O papel de dona de casa pode diferenciar-se de uma constituição familiar para outra, não sendo possível afirmar que todas as donas de casa reagem da mesma maneira diante da violência, visto que, como todos os sujeitos sociais, cada dona de casa possui sua singularidade. Esse estudo, refere-se à dona de casa que se insere na constituição familiar, em que seus afazeres são voltados para o cuidado da casa e da família, diferenciando-se do trabalho doméstico remunerado.

“A violência é um componente que faz parte da história de vida de muitas mulheres, ocorrendo desde a infância por parte de familiares, especialmente do sexo masculino, e, posteriormente sendo reeditada pelo companheiro.” (CFP, 2013, p.32).

No ano de 2016, o Senado Federal produziu uma cartilha a respeito do panorama da violência contra as mulheres no Brasil, com dados estatísticos registrados pelo canal de denúncia “Ligue 180”, e comprovou que em 2015, houveram 749.024 atendimentos, nos quais 10% estavam relacionados a relatos de violência contra mulher. Dentre esses números, 50,16% relacionava-se a violência física; enquanto 30,33%, a violência psicológica; já a violência moral corresponde a 7,25%; 2,10%, para a violência patrimonial; a violência sexual tendo como porcentagem de 4,54%; 5,17%, a cárcere privado; e por fim 0,46%, a tráfico de pessoas (BRASIL, 2016).

Dessa maneira, a violência doméstica contra a mulher reflete como um problema social que viola os direitos humanos das vítimas. Nesse sentido, em prol do enfrentamento desse mal foi criado a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de sete de agosto de 2006), na qual, de acordo com o Art.5º, conceitua-se violência doméstica e familiar contra a mulher: “[...] qualquer ação a omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Vide Lei complementar nº 150, de 2015). Da mesma forma pode-se incluir a coerção advinda do parceiro, que é usada como um dispositivo de perpetuação, do ciclo de violência, e subordinação da mulher em questão (FIOROTTI, 2018).

Nessa perspectiva, a terminologia “dona de casa” surgiu e tornou perceptível seu papel na industrialização quando o homem ficou com a função de provedor da família, àquele que podia trabalhar fora e trazer o dinheiro que sustentaria a família e, à mulher foi confiada a função de mãe e esposa, somente no espaço privado do lar (SAFFIOTI, 1976, 1979.)

Ao se constituir, portanto, como “categoria social”, a “dona-de-casa” perpassa por toda a estrutura de classe, retendo destas aquilo que é especificamente presente na vida cotidiana e que - representações à parte, porém não excluídas - está manifesto de imediato no trabalho fora de casa, via de regra o trabalho do marido (PRANDI, 2016, p. 120).

Louro, Neckel e Goellner (2003) afirmam que, apesar das alterações, algumas crenças permaneceram através dos tempos. As diferenças entre os desempenhos femininos e masculinos, todavia, prosseguiram com nitidez. A moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho formal da mulher, ainda que cada vez mais frequente, era rodeado de preconceitos e observado como auxiliar ao trabalho do homem, o “chefe da casa”. Na família-

modelo em meados do século XVI os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos.

A mulher ideal era determinada a partir dos papéis femininos tradicionais, serviços domésticos e o cuidado dos filhos e do marido, como também das particularidades designadas ao feminino, como aptidão materna, submissão e doçura. Em virtude disso, a diferença de gênero era evidenciada nitidamente de diversas formas, fazendo distinção entre o feminino e masculino na sociedade, e fixando nas mulheres o padrão a ser adotado. Já as mulheres, por muitas vezes, acabavam tolerando o seu papel sem argumentar enquanto expressavam os comportamentos ideais para as moças de famílias e futuras donas de casas (SAFFIOTI, 2015).

A partir de 1930, as mulheres começaram a se introduzir no espaço público, ou seja, no mercado de trabalho como força produtiva para além do espaço do lar “[...] tornando-se assim mais expostas socialmente. Essa exposição também contribuiu para a luta por ampliação de direitos e participação social” (CFP, 2013, p. 32). A ascensão de mulheres que saem do espaço doméstico para o exercício remunerado, é vista como um grande acontecimento histórico. Destaque esse, merecido, que por sua vez, propiciou outras mudanças, como novos modelos e padrões de família. O reconhecimento dessas mulheres que saem do espaço privado para dominar um lugar no espaço público, possivelmente desencadeou novas atribuições do feminino.

A maior exposição da mulher, anteriormente restrita ao espaço delimitado e controlado pelo companheiro, também passou a gerar conflitos dentro da própria relação, potencializando brigas no domínio privado. O questionamento dos lugares sociais assumidos pelo masculino e feminino, que anteriormente eram muito bem estabelecidos nas relações, abriu possibilidades para conflitos, muitas vezes encarados de forma violenta (CFP, 2013, p. 32-33).

Evidentemente, mesmo com a ascensão da mulher no espaço público, a figura feminina ainda é atribuída, culturalmente, como a responsável pelos serviços domésticos, por mais que haja uma jornada de trabalho remunerada, a mulher ainda dispõe de outra jornada de afazeres domésticos ao chegar em casa, enquanto o homem cumpre menos tempo neste tipo de trabalho. Decerto, a pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (PNAD/ IBGE) publicada pelo Ipea, aponta que a média total de trabalho por semana da mulher ocupa cerca de 30 horas aos trabalhos domésticos, além de suas 36,8 horas em trabalho remunerado; já o homem cumpre 41,4 horas no trabalho e apenas 15,5 horas voltadas a atividades no lar. Consequentemente, a mulher totaliza uma carga de trabalho maior que a do homem por isso,

muitas vezes, a mulher procura serviços com cargas horárias reduzidas para que consiga executar essa dupla jornada de trabalho.

Há riscos decorrentes da multiplicidade de papéis desempenhados e das inúmeras situações estressoras às quais as mulheres estão mais expostas, como: a jornada repetida e inacabada das atividades realizadas; o contato com produtos tóxicos e objetos perfurocortantes; a falta de lazer e descanso; a falta de autonomia econômica; e, muitas vezes, a repressão sexual e/ou submissão ao domínio do marido, o que pode interferir inclusive na satisfação conjugal. A vista disso compreende-se que ao longo da história, foi atribuído à mulher um “lugar no mundo doméstico” que pode ser compreendido como um marcador social (SAFFIOTI, 1987, p. 6).

Conforme Gomes (2012), um dado importante levantado a respeito das vivências violentas de mulheres em condição de donas de casa são os fatores financeiros que podem ser geradores de desentendimentos, culminando posteriormente em uma violência. De acordo com Gomes, 60% das mulheres estudadas possuem uma fonte de renda, e apenas 6% se consideram independentes financeiramente. Tal dado nos faz questionar os fatores promovedores da submissão de algumas mulheres que envolvem uma teia complexa de elementos em uma relação de violência - sendo esse um fator possível, mas não determinante - com os quais frequentemente são apontados, e especialmente quando há filhos na relação, impossibilitando-a de criá-los sozinha, tornando-se refém desse cenário. Essas características correspondem a um maior número de mulheres da população negra, na qual a cor é vista como mais um gerador e propulsor da vulnerabilidade para permanecerem em uma relação de violência.

Em contrapartida, ao levarmos em consideração mulheres de renda socioeconômica média ou alta que compõem esse grupo que vivenciam a violência, percebe-se que está arraigada na cultura, atravessa as classes sociais, não se restringindo apenas às classes baixas, porém, o que as faz permanecerem “presas” neste ambiente? Mesmo em mulheres que compõem a classe média, há fatores que impactam na não interrupção do ciclo de violência, que vão além do poder aquisitivo. Entretanto, a permanência no relacionamento, vista como multicausal, assim como a violência, também pode ser motivada por crença na “instabilidade emocional do marido, aderência à concepção religiosa e social da obrigatoriedade de fazer o casamento dar certo, vergonha de expor o ato de violência sofrido”, e assumir publicamente o fim do casamento, entre outros aspectos que devem ser analisados em cada caso (JACINTO, 2010, p.15).

Portanto, para Moura (2013), ainda hoje inúmeras mulheres não conseguem assistência tanto pela possível repetição da violência quanto pelo histórico das mulheres na sociedade em suportar a condição de subalternidade, ocasionando uma dificuldade em construir sua identidade e autenticidade, e muitas vezes ainda há a falta de apoio familiar, social e jurídico para interromper o ciclo da dominação violenta. Assim, a violência doméstica é considerada problema de saúde pública, sendo tanto uma violação aos direitos humanos fundamentais, como também do descumprimento dos tratados internacionais, exigindo assim uma atenção especial do profissional em psicologia que precisa reconhecer e compreender as diversas implicações desse fenômeno, reforçando a capacidade que essa mulher possui em lidar e enfrentar os sentidos anteriores da história vivenciada e o seu papel como uma produtora de uma nova narrativa de vida (SOUZA; CARRETEIRO, 2016).

1.1 Aproximando a mulher dona de casa em situação de violência doméstica com a Fenomenologia Existencial

Para uma melhor compreensão do fenômeno de violência doméstica, destaca-se dentre as correntes mais influentes da filosofia do século XX a Fenomenologia, que constitui uma das maiores colaborações filosóficas para a psicologia, exclusivamente para as psicoterapias de natureza Fenomenológico-existencial. Assim, diante dessa perspectiva, Edmund Husserl (1883-1969) elaborou um método fenomenológico que buscava compreender puramente a descrição da realidade. Husserl considerava que a Fenomenologia seria a explicação dos fenômenos como eles são na intencionalidade da consciência, negando, assim, o elementarismo, o naturalismo, isto é, uma investigação do fenômeno que consiste no contato do objeto com a consciência: subjetividade versus objetividade. Roehe (2006) descreve que, objeto só passa a existir quando é reconhecido e representado na consciência, e sem essa relação não pode tornar o objeto existente, muito menos, a consciência.

Neste sentido, Husserl desenvolve então um método para ter acesso ao fenômeno: a redução fenomenológica, a qual consiste em suspender por meio da *Epoché* todos os preconceitos, valores, teorias científicas e crenças pré-existentes. Contudo, Bicudo (2000) relata que, não se deve compreender o mundo como imposto à consciência, mas sim por meio de uma análise intencional, buscando a essência do fenômeno, afastando de opiniões que possam vir a influenciá-la, assim também, a redução fenomenológica, colabora no entendimento do fenômeno tal como ele se apresenta. Contudo, Husserl descreve que,

perceber uma coisa é vê-la, tocá-la, cheirá-la, ouvi-la, enfim, senti-la de diferentes maneiras e de acordo com as possibilidades dos sentidos.

A respeito do fenômeno, Holanda (1998) descreve que é preciso abdicar de tudo o que é próprio do sujeito, de modo que seja permitida uma maior liberdade na compreensão da realidade deste fenômeno. Isso é redução fenomenológica: nós considerarmos como autores de tudo, analisar o objeto a partir da nossa própria concepção e inter-relacionar o mundo com a nossa mente, nesse sentido é compreender que o indivíduo dá aos fatos e os significa de forma única. Ao utilizar a redução fenomenológica, é um processo que coloca entre parênteses o “eu”. Assim, são minimizadas todas as influências do que existe a priori na consciência, para que o fenômeno que surge seja compreendido de maneira singular.

Becker (2007) discorre que, ao utilizar-se do recurso da redução fenomenológica, contribui no entendimento da situação de violência, tal qual ela se apresenta, assim, para cada ser humano as suas vivências individuais é significativo dentro da relação. O recurso da redução fenomenológica é indispensável para entendermos o sofrimento causado pelo ato violento, uma vez que, cada sujeito simboliza a violência de modo diversificado, certamente, se tratarmos de maneira generalizada há risco de classificar de forma desagradável os traumas decorrentes da violência. Semelhantemente, Dartigues (1992, p. 22), afirma que, “O resultado da redução fenomenológica, não é só o eu penso, mas a conexão ou correlação entre o eu penso e seu objeto de pensamento”.

Considerando o pensamento Fenomenológico que possibilita ao indivíduo o encontro com sua consciência original, ou seja, com o seu existir, o indivíduo entra em contato com a experiência viva, e a partir disso, nessa luta Fenomenológica pela essência, identifica o seu eu, identifica a si mesmo na relação com o mundo com a sua própria percepção de si e do mundo, e conseqüentemente, encontra a percepção do valor humano, isto é, da existência humana. Dentro desse contexto, a mulher ao se reconhecer como um indivíduo que tem sua própria subjetividade, liberdade e responsabilidade por suas escolhas, passam a se realizar no mundo, como afirma Nogueira (1981, p.85) “o sujeito está frequentemente projetando para fora de si mesmo, se construindo e realizando no mundo”.

Holanda (1998, p.25) compreende que, “a Fenomenologia é ir às coisas mesmas, encontrar quais se apresenta aos meus sentidos, tais quais eu as percebo”. Mas é um ir que está ligado à minha própria experiência subjetiva concreta. É um olhar e ver, não apenas uma colocação diante de algo, é participação, um envolvimento, ou seja, não se apreende um hábito por meio da associação, mas pela compreensão da significação motora do mesmo. Certamente, o indivíduo existe para si mesmo e pela experiência e seu corpo assume espaço,

objetos e os instrumentos, uma relação homem-mundo no qual é indissociável, sendo assim, o sujeito está entrelaçado no mundo.

Para Saffiolo (2004) a violência doméstica não é um fenômeno isolado, ele ocorre em uma sociedade, visto que, os agressores e as vítimas fazem parte dessa sociedade e não podem ser observados de forma individualizada. E apesar deste aspecto sistêmico, é importante manter cautela para não considerar a mulher em situação de violência doméstica como cúmplice das agressões, já que, esta mulher, no contexto abordado, não tem o mesmo poder que os homens. Contudo, elas também não são apenas vítimas, pois reagem e tem suas próprias estratégias de sobrevivência e escolhas.

A relação entre homens e mulheres no decorrer deste estudo, é descrita sob o caráter de poder, sendo o homem o dominador enquanto, à mulher é atribuído o papel de submissa. Entretanto, essas características que foram atribuídas à mulher foram sendo naturalizadas ao longo da história, na qual, transformou a violência doméstica em um fenômeno gradativo. Em visto disso, a *Epoché* é fundamental para a compreensão do fenômeno da violência com um olhar crítico e não naturalizador. Nessa perspectiva, diante de uma sociedade adoecida, o poder de superioridade do “sexo masculino exerce a dominação física e psíquica, com legitimidade social”, tal poder amplia-se em uma dimensão psíquica reconhecida culturalmente por meio da sua manifestação gerida pelo respeito tido dentro dos espaços privados das relações que se expressam até nos provérbios populares, como o que afirma: “Em vida de marido e mulher, ninguém deve meter a colher”. Entretanto, esse universo de poder e superioridade nas relações conjugais remetem aspectos de inferiorização e desqualificação da figura feminina.” (MOURA et.al. 2013, p. 633).

Entende-se então, a importância de uma escuta qualificada e acolhedora, tendo em vista que um atendimento Fenomenológico Existencial parte da busca de sentido para a construção do “vir-a-ser”. Nesse sentido, o psicólogo (a), em sua relação terapêutica, deve ser um acompanhante do sujeito, para que dessa forma esse possa reconhecer a mulher - dona de casa - em situação de violência a partir da sua subjetividade. Com isso, compreende-se que a fala da mulher em situação social de dona de casa que sofreu violência (s), se faz imprescindível, visto que isso proporcionará um reposicionamento dela sobre sua própria história, colaborando para a reconstrução de outras formas de ser e viver (SOUZA-CARRETEIRO, 2016). Sendo assim, a Fenomenologia pode ser usada com a missão de desvelar e compreender o que está por trás das naturalizações, em razão de colocar entre parênteses as “certezas” que muitos conservam (ROCHA, 2005).

2 MÉTODO

Para a realização deste estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico a partir de artigos, livros e pesquisas virtuais, em que, foi utilizada a base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde, com os seguintes descritores: violência doméstica, trabalho e mulher; violência doméstica, gênero e trabalho. A pesquisa teve como fundamentação metodológica a análise do Discurso da linha francesa, que apresenta como um dos seus fundadores Michel Pêcheux, a qual buscou-se compreender o sentido que um determinado discurso apresenta para o sujeito que enuncia em caráter descritivo.

Para isso, é preciso compreender que esse discurso é elaborado a partir do posicionamento e da ideologia do sujeito diante de um determinado fenômeno ou tema a ser analisado, no qual os fatos serão observados e compreendidos a partir da Abordagem Fenomenológica Existencial com o propósito de entender esse fenômeno enquanto experiências vivenciadas.

O fenômeno é para Husserl simplesmente aquilo que se oferece ao olhar intelectual, à observação pura, e a fenomenologia se apresenta como um estudo puramente descritivo dos fatos vivenciais do pensamento e do conhecimento originário dessa observação. (GILES, 1975, p.8).

Acrescente-se que, para compreender o impacto da violência doméstica tem para a mulher dona de casa foi selecionado o recorte de uma cena da novela brasileira A Favorita (2008-2009), com autoria de João Emanuel Carneiro, visto que, o estudo de uma narrativa de telenovela tem o potencial de ilustrar realidades. A cena retrata Catarina (personagem de Lília Cabral), mãe dedicada de Mariana (Clarice Falcão) e Domênico (Eduardo Melo), além de esposa, abriu mão da carreira para tornar-se dona de casa, vivendo uma constante violência psicológica e física de seu marido Leonardo (Jackson Antunes). Assim, como recurso para esse estudo, que constam em anexo, foi transcritas todas as falas contidas em uma cena da novela com duração de 5 minutos e 13 segundos, de maneira que, consegue ilustrar toda a complexidade de uma relação amorosa permeada por violência que normalmente acontece dentro de casa e tem como agressor o cônjuge.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreensão do fenômeno “violência doméstica” a partir da análise do discurso, é preciso buscar compreender o sentido atribuído ao discurso dentro de um contexto socio-

histórico, os sentidos são construídos, influenciados por ideologias e a situação social que o sujeito ocupa (FERNANDES, 2007). Nesse sentido, não basta apenas interpretar a forma e o conteúdo dito, é preciso compreendê-la a partir do seu lugar no mundo e seu jeito de ser no mundo.

3.1 Eixos de Sentido: Mulher dona de casa e a manifestação da violência

O eixo de sentido “a mulher em condição de dona de casa e manifestação da violência”, foi escolhido e pautado a partir do referencial estruturado neste estudo. Contudo “qualquer comportamento que vise à ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, seja física, psíquica, sexual ou moral, através do uso da força, caracteriza-se como violência” (SAFFIOTI, 2015, p. 18). Tais aspectos representam assim, uma violência de gênero em que o fenômeno da violência emana de uma herança social e cultural, a partir de toda condição do desenvolvimento das gerações e do desenrolar da história.

Em virtude de compreender a questão da violência doméstica, serão expostos trechos da novela evidenciando especialmente em diálogos entre as personagens Léo e Catarina. Catarina representa triste realidade de muitas mulheres que sofrem em seus casamentos, uma mulher que abriu mão da carreira para se tornar dona de casa e sofre constantemente uma série de humilhações e agressões verbais e físicas praticadas pelo seu companheiro Leo.

É importante ressaltar que a violência é um componente que faz parte da história de vida de muitas mulheres, ocorrendo desde a infância por parte de familiares, especialmente do sexo masculino, e, posteriormente sendo reeditada pelo companheiro (CFP, 2013, p.32).

Tais situações de violência podem ser percebidas quando, por exemplo, Léo chega em casa e reclama com a esposa sobre a realização de tarefas domésticas: “*É só o que me faltava chegar do trabalho cansado e não tem comida na mesa... Anda, bota a minha comida... Anda Catarina!!!*”. Pode-se perpetuar o olhar histórico, no qual o papel de mulher foi associado com aptidão materna, submissão e doçura, sendo imposto sobre a figura feminina os serviços domésticos e o cuidado da casa, filhos e marido. Analogamente, pode-se presumir no discurso a herança cultural e histórica sustentada pela crença de que as mulheres devem se submeter aos chefes de casa, como relatado acima - sendo esses fundantes de uma “sociedade patriarcal, que sustenta as relações de dominação e submissão” (CUNHA, 2014, p. 150), possuidor de um poder estabelecido e instaurado social e culturalmente, sendo o homem

construído como aquele detentor do saber, do que seria “melhor para a mulher, a família e a sociedade” (CUNHA, 2014, p. 151).

É possível ser identificado no discurso da esposa, “*Já esfriou. Você demorou tanto por quê?*”. Ademais, a esposa questiona o marido sobre algo para obter informação: “*Só te fiz uma pergunta, Leonardo.*” Paralelamente, este fragmento retrata a história das mulheres que, por muitos séculos, foram reconhecidas a partir do seu papel social de inferioridade, evidenciando as práticas de uma sociedade em que o poder masculino está arraigado e as mulheres já tinham seu papel determinado como mãe, dona de casa e esposa, submetida apenas ao espaço privado do lar, dando ênfase a repetição transgeracional presente no fenômeno da violência doméstica (CUNHA, 2007).

Tal fato evidencia-se no trecho em que Catarina expressa que há a necessidade de uma discussão, pois se encontra em estado de tristeza, em razão do seu comportamento na vizinhança: “*Léo a gente precisa conversar... Eu ‘tô’ me sentindo muito mal com o que aconteceu ontem... a cidade inteira ‘tá’ comentando, eu ‘tô’... eu ‘tô’ me sentindo uma palhaça. Eu ‘tô’ sendo motivo de chacota.*” Esse fragmento retrata a realidade de algumas mulheres donas de casa, que abdicam de suas próprias necessidades de forma tão desmedida que sua singularidade, sua essência e seus desejos mais verdadeiros acabam sendo alienados. Em vista disso, muitas vezes, vivenciam ter a sua imagem difamada e seus direitos negligenciados por conta de uma cultura carregada de estigmas transpassando de geração em geração (SAFFIOTI, 1976).

Paralelo a isso, os levantamentos bibliográficos que foram realizados para a realização desta pesquisa aponta que, o ato de praticar violência com a companheira tem como consequência a solidificação desse comportamento psicológico nos filhos, presente em alguns fragmentos da novela quando o pai, Leo, compara que sua filha e a sua esposa é sem valor: “*Sua mãe não é de nada Mariana. Assim como você. É uma inútil! [...]*”. Também é dada a ordem à filha desligar a televisão, e interrogando à sua esposa que deveria se movimentar, devendo imediatamente colocar a sua refeição sobre a mesa, lamentando-se por estar de saco cheio por não aturar mais a companheira, referindo-se que a esposa tem esta utilidade: “*Você cala a boca e desliga essa televisão... Vai ficar parada aí Catarina? Bota logo a minha janta, que só ‘pra’ isso você tem serventia! [...] Ai meu saco, mas o que te deu mulher?*”. As crianças ou adolescentes sofrem ao ver a mãe sendo violentada e têm grandes chances de naturalizar ou tornarem-se adultos violentos, contribuindo para a manutenção das práticas abusivas nas gerações em desenvolvimento, dificultando assim a extinção desse comportamento na sociedade. (SAFFIOTI, 2015).

Neste sentido, entram em cena uma violação e restrição ao acesso dos direitos humanos fundamentais, sendo esse considerado um problema de saúde pública. Entretanto, há uma prática de atos agressivos em direção à mulher, bem como, os cenários de violência, que são capazes de afetar a dignidade ou equidade física e emocional da vítima, podendo configurar um “círculo vicioso de ‘idas e vindas’ aos serviços de saúde, já que, muitas vezes a permanência na situação de agressão pode estar relacionada à vergonha da situação (JACINTO, 2010). Salienta-se ainda que, o marido ordena que sua esposa deva ficar em silêncio imediatamente: “*Eu já mandei você calar essa bendita boca! E você chora, chora o quanto quiser... mas bota a bendita da minha comida!!!*”, pode-se perceber nesse discurso uma exigência que à mulher anule todas as suas percepções e sentimentos para que seus desejos sob a mesma se perpetuem, seu discurso tem influência de seu poder construído social, histórico e culturalmente como o *pater familias*, que lhe dá a impressão do seu domínio e “direito” de homem sobre a mulher. Sendo assim, a passividade por parte da mulher diante de tais situações cede espaço para o crescimento de comportamentos violentos dentro dos espaços privados do lar (LEAL, 2004).

Observa-se, em outro momento da cena, que Catarina tem a ideia de ruptura da situação vivenciada: “*Eu vou embora dessa casa*”. Podendo ser considerada uma estratégia de resistência à situação de violência doméstica, mas por outro lado, pode-se atribuir a ideia de que se a mulher tenta sair da posição imposta sobre ela no decorrer da vida por “mecanismos que buscam corrigir a sua direção” (ESSY, 2017) de enfrentamento. Ora, estar inserida em uma sociedade que muitas vezes vê seu papel de mulher como frágil e impotente e perceber como sendo retirada a sua autonomia de concluir a ação de partida, retrata como um obstáculo para romper do ambiente violento.

Do mesmo modo, o marido atribui ênfase à sua fala quando diz, diante da fala de Catarina afirmando que vai embora: “*Eu vou embora*”... “*vou embora*”...(Catarina); “*Vai mesmo Catarina, vai, vai, vai meu bem vai! A porta da casa é a serventia da rua! Vai Catarina, vai embora! Olha eu vou fazer o seguinte, vou ficar aqui sentado, esperando você ir, assistindo você ir ‘ó’ (Léo)*”. Percebe-se, então, que historicamente, a mulher ao exercer a função de dona de casa, era impossibilitada de realizar outros tipos de atividades - fora do lar – e por isso acaba sendo vista neste papel do “não saber”. Entretanto há uma exigência cultural e social de uma impossibilidade de desvinculação do relacionamento mesmo sendo abusivo, atentando que o trabalho assumido pela figura masculina é tido como o supridor às necessidades do lar, e desse modo, caso houvesse uma separação, a mulher pode ser mais desvalorizada (SOUZA; GUEDES, 2016).

Segundo Fiorotti (2018), no que tange às dimensões da violência doméstica sob as donas de casas, apresenta-se a coação proveniente do parceiro, que é utilizada como instrumento para continuar com a violência, perpetuando-se assim o ciclo da situação violenta. Muitas famílias carregaram a crença de que o sucesso de uma mulher está intrinsicamente ligado à presença masculina em sua vida, e acaba por levar algumas mulheres a não respeitar sua subjetividade para se manter em uma relação, mesmo que violenta. Logo, pode-se presumir que se tratam de ações representadas socialmente pela cultura e pela família – que não foram criadas pelo próprio sujeito, sem a capacidade de percepção do que seria mais nutritivo e do que seria tóxico para sua vida.

Ademais a vivência desse casal perpassa por uma cultura patriarcal, demonstrando uma assimetria nessa relação. Nesse sentido, o marido expressa que a esposa não é capaz de realizar coisa alguma, sendo uma imprestável, negando a sua utilidade, por não o satisfazer por completo: “[...] Não tem serventia ‘pra’ porcaria nenhuma! Mal sabe cozinhar e passar! Eu me casei com uma imprestável! Se você não tivesse casado comigo Catarina, nem pra ‘ramera’ você ia servir minha filha!”. O elemento que reflete essa assimetria pode ter sido ocasionado por diversos fatores que façam com que o agressor acredite em seu suposto poder sob a vítima. Essa crença sobre a figura da mulher faz com que essa assimetria perpetue, tal fato remete a uma naturalização da violência dentro desses aspectos culturais e sociais, sendo esse “fruto do patriarcalismo, onde a desigualdade de gênero é o resultado de assimetria de poder que se traduz em relações de força e dominação” (MOURA, 2013, p. 633).

Nesse interim, no discurso de Catarina o qual exclama: “Chega!!! Chega!!! Chega!!! Chega!!! Eu não mereço ouvir isso!!! Não mereço!!! Você é que não me merece!!! Quem é o nada dentro dessa casa, é você!!!”. Ao vivenciar a violência repetidamente pode ser entendido como uma cristalização do indivíduo, que se paralisa, tendo dificuldade de construir uma solução (CARDELA, 2014). Catarina é livre para fazer escolhas, mas há situações subjetivas que impõem limites, e correr o risco de sofrer mais ofensas envolve certa limitação dessa escolha, pois neste momento ela não está pronta para perceber a situação como ela de fato é.

Confrontados com a perspectiva de tal violência extrema, a “escolha” da vítima de fugir dissipa-se e, na realidade, ela fica com apenas um curso de ação, que é ficar. As ameaças de violência formam uma barreira para a libertação, que pode ser tão restritiva como muros de uma prisão (REZENDE, 2014, p.12).

Simultaneamente, Catarina realiza seu discurso de modo enfático, exclamando que o marido expressa negação em lhe oferecer prestígio e lhe dar importância, presente no

fragmento em que o sujeito do discurso diz: “*É isso mesmo... é você que não me dá valor!*”. Esse fato pode-se remeter a reflexão, em uma busca de um ajuste criativo e demonstrando a tentativa de sair de um padrão cristalizado da relação, no qual pode-se pontuar que “a desvalorização do trabalho doméstico e dos papéis assumidos compromete a percepção que as donas de casa têm de si devido a essa relação com o meio” (SANTOS, DINIZ, 2011), ou seja, tal fato vem preso por uma herança histórica e cultural, promotora, muitas vezes, da repetição de comportamentos violentos dentro do lar. Sendo assim, “A constante ameaça de agressão masculinas que assombra as mulheres funciona como mecanismo de sujeição destas aos homens” (CUNHA, 2014, p. 157).

A cultura patriarcal dissemina valores como a culpabilização da vítima, e assim diversas vezes a mulher se cala porque pensa que é a culpada pela violência que sofre. No entanto, o poder exercido por Leo, marido de Catarina, prevalece ao interrogar a esposa, sobre quem é a pessoa que não tem valor naquela casa: “*Quem é o inútil aqui dentro dessa casa hein? Quem é o nada aqui dentro dessa casa? Quem é o nada aqui dentro dessa merda de casa? Quem é o lixo aqui dentro?*”. O trecho retrata um possível amedrontamento sendo imposto sobre a esposa, acarretando-lhe possíveis sentimentos de medo e solidão, lhe trazendo insegurança e levando-a a continuar em uma possível situação de violência física, bem como em uma situação de “abuso psicológico que tem sofrido e poderá vir a sofrer do seu companheiro” (ESSY, 2017 n. p.).

Portanto, historicamente, a violência doméstica está enraizada na cultura patriarcal em que a sociedade brasileira se fez. Uma história baseada no poder da autoridade que o homem subjugava a mulher a um lugar “adequado”, demonstrando a concepção de que deveria sujeitar-se ao homem, sendo esse concebido como a única pessoa plena de direitos, como é visível no fragmento em que marido exclama com desprezo a esposa, a qual deveria ser obediente e cumprir as regras,: “*Isso é “pra” você aprender! Você aprender a me respeitar sua vadia! Devia dar graças a Deus de ter uma casa! De ter um marido respeitável! Ter comida!*”. Observa-se que Catarina sofre violência psicológica e física confirmando as estatísticas e pesquisas apresentadas no decorrer deste estudo.

3.2 Eixos de Sentido: Expressão do marido

Louro, Neckel e Goellner (2003) afirmam que, apesar das alterações, algumas crenças permaneceram através dos tempos, e as diferenças entre os desempenhos femininos e masculinos prosseguiram com solidez no patriarcalismo. Ademais, a moral sexual

diferenciada permaneceu forte e o trabalho formal da mulher, ainda que cada vez mais frequente, era rodeado de preconceitos e observado como auxiliar ao trabalho do homem, o “chefe da casa”.

Subsequentemente Louro, Neckel E Goellner (2003, p. 608) reiteram que “na família-modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos” Portanto, acaba-se por refletir o patriarcalismo e como consequência dessa estrutura hierárquica, essa assimetria dificulta o rompimento com os processos de violência estabelecidos no âmbito doméstico e familiar fazendo com que a expressão e posicionamento do marido, a partir do discurso elucidado neste estudo, prevaleçam em um universo de poder e superioridade nas relações conjugais, remetendo a aspectos de inferiorização e desqualificação da figura feminina.

Os poderes masculinos que foram criados dentro dos espaços públicos criam rigidez de gênero, no qual pode-se perceber no discurso do marido Léo, que afirma à esposa que não é necessário sentimentalismo e deseja que as pessoas residentes no mesmo bairro que o casal se arruinem, expressando que a maneira que Catarina vive é a que rogou a Deus: “*Chega de frescura Catarina! Eu quero que a vizinhança se dane!!! Você tem a vida que pediu a Deus, mulher! Tem um bom marido, casa, comida, ainda reclama!*”. De acordo com Cohen (et. al. 2004), o espaço privado do lar é um lugar de construção e consolidação do desenvolvimento da saúde, de modo que a família é considerada um espaço essencial na estruturação desse desenvolvimento. Sendo assim, tal aspecto poderá acarretar um fator importante na possível permanência da dona de casa nesse contexto de violência doméstica, enquanto que a privacidade funciona como máscara para a desigualdade protegendo a violência masculina contra a mulher. Diante desse aspecto, Rezende destaca,

Enquanto não nos posicionarmos frente a uma situação de violência, enquanto não mudarmos a mentalidade de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, será impossível fugir dessa invisibilidade do privado, visto que os conceitos de violência contra a mulher estão enraizados na natureza das relações íntimas e na própria segurança da vida familiar (REZENDE, 2014, p. 11).

Em um momento da discussão, o marido expressa que permaneceu exercendo sua atividade fora de casa e interroga a esposa se há necessidade de informação: “*Tava trabalhando, tenho que dar satisfações agora?*”. Este fragmento demonstra essa dicotomia entre o público e o privado que substanciou a divisão sexual do trabalho, homens provedores e mulheres cuidadoras. Assim, durante um período considerável de tempo, as atribuições

sociais, ao mesmo tempo em que limitaram as mulheres a permanecerem no espaço privado, delegaram aos homens, como "destino natural", o espaço público (BRUSCHINI, 2007).

Em outro fragmento, a partir de uma visão arraigada na histórica da sociedade, o marido exerce o controle total da situação, de modo que não restam chances à vítima para que dele se desprenda: *“Como é que é Catarina? Repete.”* Nesse contexto, o medo pode ser considerado uma das justificativas do desencorajamento do processo de denúncia, tendo em vista que a violência praticada a essas mulheres não tem época nem divisão, sempre existiu em diversos lugares, e em diferentes culturas (SANTOS e DINIZ, 2011). A violência está cercada não apenas pelo medo, como também pela *“dor e silêncio das mulheres”* (BRASIL, 2006):

Denunciar ou deixar a situação abusiva pode ser percebido por ela própria, pela família ou pela comunidade em tormento, como um fracasso na sua obrigação feminina de assegurar a harmonia familiar. Além disso, o elemento da intimidade facilita a percepção dessa situação como problema privado, no qual a sociedade não deveria envolver-se. Por estas razões, a intimidade entre vítima e agressor expande o papel que os estereótipos de gênero desempenham na dinâmica de naturalização e justificação da discriminação e violência contra mulher (BERNARDES, 2014, p. 334-357).

Quando a mulher acaba por se encontrar sob um controle total de seu marido, como Catarina, ocasionando uma naturalização das *“opressões diárias que vive”*, ela encontra maior dificuldade *“para se enxergar como sujeito ativo capaz de modificar a realidade social, de lutar para sua libertação”* (CUNHA, 2014, p. 158).

[...] Eis assim a instauração de uma pedagogia do silêncio sobre a subjetividade da mulher. A naturalização do poder falocêntrico suprime toda percepção de historicidade e noção de construção social dessa relação autoritária de dominação [...] (BITTENCOURT, 2017, p. 76).

É importante ressaltar que o homem não constrói a identidade isoladamente, já que, os meninos aprendem a ideologia machista a partir da socialização que lhes é apresentada; mas por sua vez, as meninas aprendem a aceitar as vontades deles, por isso, tal dominação acaba sendo percebida como se fosse natural e não uma produção da representação social (SANTOS & IZUMINO, 2005). Diante desse aspecto, percebe-se que a falta de autonomia e constante submissão produz um estado de *“estagnação pelo outro”* que limita o progresso da mulher, uma vez que, pode-se presumir que a subjetividade de Catarina, fica habituada a essa relação que a paralisa podendo gerar custo emocional. Portanto, o fenômeno de violência doméstica retrata o sistema fundante de assujeitamento dessas mulheres a padrões e expectativas relacionais patriarcais (DE LAURETIS, 1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término do presente estudo, foi observado que o singular é simplório para uma questão tão complexa, bem como, foi elucidado em toda a pesquisa, violências, poder, mulheres vítimas, e homens agressores, enquanto buscou-se não aprisionar as possíveis facetas deste fenômeno em um aspecto rígido e definitivo. Dessa forma, foram encontrados fatores mencionados que irão somar aos já apontados por outros estudos. Sendo que, ao permanecer na vivência de um ambiente doméstico violento, pode estar associada à “determinação da violência a respeito à teoria de fatores históricos, contextuais, culturais e interpessoais” (GUIMARÃES, 2006) podendo se remeter a um questionamento de uma eventual evolução ou involução para uma cultura do patriarcado contemporâneo na qual o poder continua centrado na figura do homem e a mulher agora vista por uma ótica de um ideal feminino contemporâneo.

Nesse sentido, muitas vezes a violência doméstica não é percebida pelo indivíduo, então, não possui política significativa de enfrentamento, mas causam danos efetivos nas vítimas e nos familiares que estão envolvidos. Entretanto, numa ótica profissional é importante reconhecer e compreender as diversas implicações, isso pensando, também, àquelas que já reconhecem a violência e decidiram encerrar o relacionamento com o agressor, com a atribuição de encorajar a mulher no redirecionamento de novos projetos de vida reforçando a capacidade que essa mulher possui em lidar e enfrentar os sentidos anteriores da história vivenciada, como produtora de uma nova narrativa de vida e ressignificando sua história.

Diante desta reflexão, é preciso ampliar as pesquisas acerca da representação social de mulheres e homens na sociedade, assim como as repercussões que esse fenômeno acarreta. Para tanto, à importância de pesquisas futuras possam investigar o fenômeno a partir de entrevistas, a fim de compreender melhor a vivência dos indivíduos envolvidos nessas situações de violência, pois uma limitação deste trabalho foi justamente o fato que a compreensão se deu por meio de uma novela: houve uma limitação de diálogo com o sujeito social da mulher dona de casa. Portanto, urge uma pesquisa que busque compreender a vivência das crianças que presenciam a violência doméstica, a fim de buscar formas de prevenir a repetição deste fenômeno.

Diante desse cenário, torna-se necessário os psicólogos posicionar como agente de transformação, buscando desconstruir as barreiras simbólicas e diminuir a desigualdade e o sofrimento causado em decorrência desses atos violentos com o propósito de construir uma

sociedade ética e democrática, que busca a igualdade entre os gêneros e, a valorização da diversidade em todas as suas esferas. Logo, tal posicionamento seja capaz de fazer compreender que essa mulher é um ser racional, singular, sendo a única capaz de entender o resultado da sua conduta através das percepções que lhe são atribuídas, e isso a torna exclusivamente responsável pela conquista dos comportamentos adequados para si. Contudo, essa mulher sempre é capaz de reaver sua história, optando por uma visão diferenciada da sua vivência para a reconstrução do “seu mundo” autêntico e mais significativo. Por fim, estando essa mulher preparada para assumir sua subjetividade com responsabilidade e enfrentá-las, torna-a autêntica, sendo capaz de se modificar para transmitir o seu melhor para viver uma vida plena.

REFERÊNCIAS

- GUIMARÃES, G. F. et al. Homens apenados e mulheres presas: estudo sobre as mulheres de presos. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>.
- BITTENCOURT, Renato Nunes. **A casa como espaço sagrado da submissão feminina**. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 194, jul.2017.
- BICUDO, M. A. V. **Fenomenologia: confrontos e avanços**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BECKER, Danielle Nogara. **Gestalt-terapia e violência doméstica contra mulheres. Florianópolis, 2007**. Monografia (Especialização), Especialização em Psicologia Clínica – Abordagem Gestalt-terapia, Instituto Gestalten, 2007.
- BERNARDES, M. N. **Violência doméstica, opressão de gênero e justiça social: uma análise da Lei 11340/06 a partir do princípio da paridade de participação**. In: XXIII Encontro Nacional Conpedi, 2014, Florianópolis. *Teoria Crítica do Direito: XXIII Encontro Nacional Conpedi*. Florianópolis: Conpedi 2014, 2014. p. 334-357.
- BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil** [recurso eletrônico] : indicadores nacionais e estaduais. N. 2. Brasília: Senado Federal. Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Presidência da República. Constituição Federal. Brasília, DF, 7 ago. 2006.
- BRUSCHINI, Maria. Cristina. Aranha. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, p.537-572, set./dez. 2007.
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino. MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. 2006.

CATARINA APANHA DO MARIDO. Sergio Toledo Flores. **Youtube**. 17 jun. 2008. 5min44s. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=94TgzwbjRas>>.

CARDELLA, B. H. P. (2014). **Ajustamento criativo e hierarquia de valores ou necessidades**. Em L. M. Frazão & K. O. Fukimitsu (Orgs.), *Gestalt-terapia: conceitos fundamentais*. São Paulo: Summus. p. 88- 103.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. (2013). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Brasília: CFP.

COHEN, Simone Cynamon. et al. **Habitação saudável no programa saúde da família (PSF): uma estratégia para as políticas públicas de saúde e ambiente**. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 807-813, jun./set. 2004.

CUNHA, Bárbara Madruga Da. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero**. 2014.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência**. 2007.

CHAUÍ, Marilena. “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985 .

DE LAURETIS, T. (1994). A tecnologia gênero. In De Holanda, H. B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura* (p. 206-241). Rio de Janeiro: Rocco.

DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling; ANGELIM, Fábio Pereira. **Violência doméstica**. *Revista de Psicologia da Unesp*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 16, mar. 2018. ISSN 1984-9044.

DARTIGUES, A. **Um positivismo superior**. In: A. Dartigues. **O que é fenomenologia?** São Paulo: **Moraes**, 1992.

ESSY, Daniela. Benevides. **A evolução histórica da violência contra a mulher no cenário brasileiro: do patriarcado à busca pela efetivação dos direitos humanos femininos**. *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF: 26 jul. 2017.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FIOROTTI, Karina Fardin et al . **Prevalência e fatores associados à violência doméstica: Estudo em uma maternidade de alto risco**. *Florianópolis*, v. 27, n. 3.

GAULEJAC, Vincent. De. **O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito**. *Cronos*, Natal-RN, v.5/6, n. ½, p.59-77, jan./dez. 2004/2005.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. **Cuidado às mulheres em situação de violência conjugal: importância do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família.** *Psicol. USP*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 63-69, Abril 2014.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. **Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas.** *Porto Alegre*, v. 33, n. 2, p. 109-116, Junho 2012.

GILES, T. R. **História do existencialismo e da fenomenologia.** Volume I. São Paulo: E.P.U. (1975).

HOLANDA, A. F. **Fenomenologia, Psicoterapia e Psicologia Humanista.** Estudos de Psicologia. Campinas: 1998.

JACINTO, Maria de Fátima. **O perfil da vítima de violência doméstica e familiar.** 2010

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis: Vozes, 2003.

LEAL, José Carlos. **A Maldição da Mulher: de Eva aos dias de hoje.** São Paulo: Editora DPL, 2004.

MOURA, Maria Aparecida Vasconcelos, et.al. **Mulheres que denunciam violência de gênero em uma Unidade de Polícia Pacificadora.** *Rev. Eletr. Enf.* [Internet]. 2013 jul/set;15(3):628-37.

NOGARE, P. D. **Humanismos e anti-humanismos: introdução à antropologia filosófica.** Petrópolis: Vozes, 1981.

PRANDI, José. Reginaldo. **A mulher e o papel de dona-de-casa: representações e estereótipos.** *Revista de Antropologia*, Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, p. 109-121, 2016.

PNAD (2009). **Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família.** Retirado de

ROCHA, S. L. C. (2005). **Gestalt e relações de gênero: a emergência de novas masculinidades e feminilidades nos modos de ser homem e ser mulher hoje.** Em L. M. Frazão & L. C. Rocha (Orgs.). *Gestalt e gênero: Configurações do masculino e feminino na contemporaneidade.* Livro Pleno.

ROEHE, M. V. Uma abordagem fenomenológico-existencial para a questão do conhecimento em psicologia. **Estudos de Psicologia**, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho.** Prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Luciana da Silva; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. **Donas de casa: classes diferentes, experiências desiguais**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 137-149, 2011.

SANTOS, C. M. & IZUMINO, W. P. (2005). Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. *Feministas no Brasil. Estudos interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 16(1).

SAFFIOLO, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUSA, Luana Passos De; GUEDES, Dyeggo Rocha. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, Aug. 2016.

SOUZA, Carolina Rodrigues Alves; CARRETEIRO, Teresa Cristina Othenio Cordeiro. **Narrativas de vida e o seu uso pela psicossociologia** (narrativas de vida e psicossociologia) *Clínica & Cultura* v.5, n.1, jan-jun, 2016, 23-36.

REZENDE, Maria Fernanda Souto Barreto. (2014). **Violência contra mulher - a invisibilidade do provado vs. a falência do Estado**.

ANEXOS A

Léo (marido): E a comida?

Catarina (dona de casa/esposa): Já esfriou. Você demorou tanto por quê?

Léo (marido): Tava trabalhando, tenho que dar satisfações agora?

Catarina (dona de casa/esposa): Só te fiz uma pergunta Leonardo.

Léo (marido): É só o que me faltava, “chego” do trabalho cansado e não tem comida na mesa... Anda, bota a minha comida... Anda Catarina!

Catarina (dona de casa/esposa): Léo a gente precisa conversar... Eu “tô” me sentindo muito mal com o que aconteceu ontem... a cidade inteira “tá” comentando, eu “tô”... eu tô me sentindo uma palhaça. Eu “tô” sendo motivo de chacota.

Léo (marido): Chega de frescura Catarina! Eu quero que a vizinhança se dane!!! Você tem a vida que pediu a Deus mulher! Tem um bom marido, casa, comida, ainda reclama?!

Mariana (filha): Grande coisa...

Léo (marido): Você cala a boca e desliga essa televisão...Vai ficar parada ai Catarina? Bota logo a minha janta, que só pra isso você tem serventia! [...] Ai meu saco, mas o que te deu mulher?

Mariana (filha): Não fala com ela assim! Não “tá” vendo que ela tá mal?

Léo (marido): Eu já mandei você calar essa bendita boca! E você chora, chora o quanto quiser... mas bota a bendita da minha comida!!!

Catarina (dona de casa/esposa): Eu vou embora dessa casa.

Léo (marido): “Eu vou embora”...”vou embora”...Vai mesmo Catarina, vai, vai, vai meu bem vai! A porta da casa é a serventia da rua! Vai Catarina, vai embora! Olha eu vou fazer o seguinte, vou ficar aqui sentado, esperando você ir, assistindo você ir “o”.

Mariana (filha): Mãe..?

Léo (marido): Sua mãe não é de nada Mariana. Assim como você. É uma inútil! Não tem serventia “pra” porcaria nenhuma! Mal sabe cozinhar e passar! Eu me casei com uma imprestável! Se você não tivesse casado comigo Catarina, nem pra “ramera” você ia servir minha filha!

Catarina (dona de casa/esposa): Chega!!! Chega!!! Chega!!! Chega!!! Eu não mereço ouvir isso!!! Não mereço!!! Você é que não me merece!!! Quem é o nada dentro dessa casa, é você!!!

Léo (marido): Como é que é Catarina? Repete.

Catarina (dona de casa/esposa): É isso mesmo... é você que não me dá valor!

Léo (marido): Eu quero que você diga o que acabou de falar, a meu respeito agora! O que é mesmo que eu sou Catarina?

Léo (marido): Quem é o inútil aqui dentro dessa casa “heen”?

Mariana (filha): Pai para por favor!!!

Léo (marido): Quem é o nada aqui dentro dessa casa?

Mariana (filha): Por favor pai!!!

Léo (marido): Quem é o nada aqui dentro dessa merda de casa? Quem é o lixo aqui dentro?

Mariana (filha): Não para!!! Para pai!!!

Catarina (dona de casa/esposa): Mariana sai, sai Mariana sai, sai!!!

Léo (marido): Isso é “pra” você aprender! Você aprender a me respeitar sua vadia! Devia dar graças a Deus de ter uma casa! De ter um marido respeitável! Ter comida!